

O preconceito escondido no texto: os levantes da negritude pela representação da mídia impressa¹

Samuel Fontainha do NASCIMENTO²

Graduando

Christina Ferraz MUSSE³

Doutora

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG

Resumo: Os debates raciais permeiam os meios de comunicação nos dias atuais buscando promover consciência histórica a respeito da escravidão no Brasil e do racismo estrutural bem como fomentar a igualdade racial na esfera pública. Questão que nem sempre foi retratada dessa forma, o presente artigo tem como objetivo apresentar de que forma as pautas sobre racismo eram apresentadas na mídia impressa e quais as implicações para luta do povo preto no tempo presente. Como fundamento para o trabalho, utilizamos os estudos do autor Stuart Hall e a pesquisa veiculada por agência de comunicação sobre racismo e mídia impressa.

Palavras-chave: História da Mídia Impressa; Representação; Estereótipo; Racismo; Imprensa.

1. O jornalismo impresso

O jornalismo impresso tem grande importância histórica para a sociedade como o primeiro e um dos mais importantes meios de comunicação no país. No Brasil, registros oficiais datam o primeiro jornal impresso por volta de 1808. Desde então os periódicos se transformaram em meios de comunicação tradicionais no país, ganhando notoriedade e relevância no cenário brasileiro.

Há duzentos anos nascia a imprensa no Brasil. A então colônia portuguesa, que permanecera três séculos sem tipografias, pôde, a partir da instalação da Impressão Régia, em maio de 1808, ingressar na era de Gutenberg. Quatro meses depois de saírem à luz os primeiros papéis impressos no Brasil, a coroa decidiu publicar o primeiro jornal da América portuguesa, a *Gazeta do Rio de Janeiro*. (DINIZ, 2008, sem página).

¹ Trabalho apresentado no GT História da mídia impressa, integrante do XIII Encontro Nacional de História da Mídia.

² Graduando do sétimo período no curso de Jornalismo pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, membro do grupo de pesquisa Comunicação Cidade e Memória - Comcime. sa.fontainha@gmail.com

³ Doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, professora titular do curso de Jornalismo na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFJF. cferrazmusse@gmail.com

Mesmo em crise com o aumento no consumo de conteúdos e notícias por meios digitais, o qual ocasionou perda de espaço do jornal em papel, os veículos de comunicação impressos buscaram a extensão de tal jornalismo para a internet. Estratégia que vem apresentando resultados, principalmente durante a pandemia do novo Coronavírus. Segundo dados dos principais veículos de comunicação tradicionais, o público assinante vem se ampliando. Somente os jornais impressos com maior circulação no país contam com quase 1,2 milhões de assinantes mensais (impresso e digital). Uma pesquisa realizada pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República aponta que 46,1% dos brasileiros e brasileiras leem jornal impresso, 47,7% leem jornais pela internet. No total, somente em 2020, mais de 73 milhões de pessoas leem notícias por jornais online todo mês. Números expressivos mesmo com o período de crise e o processo de readaptação pelo qual tais veículos passam.

Mesmo com os desafios de trabalho, deslocamento e de negócios trazidos na esteira da pandemia, somados à árdua tarefa de conquistar e manter leitores em um processo contínuo de mudança de hábitos de consumo de meios, alguns dos maiores jornais do País conseguiram ampliar sua média de circulação em 2020 em comparação com o ano anterior. (Meioemensagem, 2021).

O jornal “Folha de São Paulo” nasceu em 1921, fundado por Olival Costa e Pedro Cunha inicialmente com o título “Folha da Noite”, em seguida, no ano de 1925, ganha uma edição matutina “Folha da Manhã” e, posteriormente, em 1949, é fundada a “Folha da Tarde”. Em 1960, as três edições se unem e surge oficialmente a “Folha de São Paulo”. Nos anos 1990, a “Folha de São Paulo” se consagra como o maior veículo de circulação em todo Brasil ao vender mais de um milhão de exemplares nas edições de domingo.

A Folha de S.Paulo, que lidera o ranking de circulação total (cálculo que engloba as assinaturas impressas e digitais), tinha, em 2019, uma média de circulação de 328.438 exemplares, de acordo com o Instituto Verificador de Comunicação (IVC). Já considerando a média dos 12 meses de 2020, o número subiu para 337.854 exemplares. (Meioemensagem, 2021).

2. Racismo estrutural e comunicação

Stuart Hall em seus estudos explica que cultura diz respeito a significados compartilhados, e se torna fundamental entender a linguagem por consequência a representação, pois os significados são produzidos bem como compartilhados por acesso

comum da linguagem. Em seguida, o autor complementa argumentando que a representação está diretamente ligada à própria linguagem, assim como à cultura, porque utiliza a própria linguagem para expressar algo sobre o mundo ou representá-lo a outras pessoas. É também descrever, retratar ou trazer à tona.

“Colocando em termos simples, cultura diz respeito a significados compartilhados. Ora a linguagem nada mais é do que o meio privilegiado pelo qual “damos sentido” às coisas, onde o significado é produzido e intercambiado. Significados só podem ser compartilhados pelo acesso comum à linguagem. Representação significa utilizar a linguagem para, inteligivelmente, expressar algo sobre o mundo ou representá-lo a outras pessoas. Representar algo, descrevê-lo, retratá-lo ou trazê-lo à tona.” (HALL, 2016 - p. 17,31).

Stuart Hall em seu livro “Cultura e representação” nos explica também o conceito de “regime racializado da representação” vindo desde a escravidão, responsável por estereótipos ligados ao povo negro que são constantemente reproduzidos limitando essa população e subjogando seu valor para a sociedade. O autor ainda conta que vestígios desses estereótipos persistem para muito além da escravidão, e exemplifica pelo menos cinco deles como os principais que ainda resistem e estão muito presentes na imagem dos jovens negros e negras. Os mesmos fomentam o racismo estrutural na sociedade brasileira.

Pai tomás: os bons negros mesmo que sejam sempre perseguidos, assediados caçados, açoitados escravizados e insultados jamais se revoltam contra os brancos. Os malandros: os criadores de histórias mirabolantes, os pretos inúteis, suspeitos, loucos, preguiçosos, que não servem para nada além de comer, roubar. A mulata trágica: a mulher de raça, bonita, sexualmente sedutora e muitas vezes exótica cujo sangue parcialmente branco faz dela aceitável. As mães pretas: protótipo de servente doméstica, geralmente grande, gorda e intratável. Finalmente os mal encarados: fisicamente grandes, fortes, violentos agressivos e cheios de fúria. (HALL, 2016, p. 177).

Frantz Fanon nos diz que pessoas negras vivem em duas dimensões, com seu semelhante e com pessoas brancas, em consequência do colonialismo. Questão que se bem observada permanece até os dias atuais. Após a abolição da escravatura, tem-se o início um processo de estruturação do racismo, o qual em parte acontece via estereótipos ligados a pessoas pretas. Tais discriminações nos são apresentadas via vivência, experiências e nossa cultura por um desenvolvimento intrincado. Até os dias atuais, estigmas ligados a pessoas pretas fazem parte da nossa cultura e os limitam em sua participação na sociedade.

O negro tem duas dimensões. Uma com seu semelhante e outra com o branco. Um negro se comporta de modo diverso com um branco e com outro negro. Que essa cissiparidade seja consequência direta da aventura colonialista, não resta nenhuma dúvida... Que ela alimente sua veia principal no coração das diversas teorias que pretenderam fazer do negro o lento encaminhamento do macaco ao homem, ninguém ousa contestar. São evidências objetivas, que expressam a realidade, assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização. Não sendo unívoca a situação, nossa exposição deve refletir isso. (FANON, 2008, p. 22).

Os meios de comunicação possuem grande responsabilidade na disseminação do racismo estrutural, reproduzindo ao público tais estereótipos mencionados por Hall através de reportagens, documentários, livros e grande parte por meio do entretenimento no cinema e na Televisão através de telenovelas, filmes, séries etc.

O racismo não teria alcançado tantas pessoas no país e no mundo, não fosse o apoio das grandes mídias para levá-lo às massas, afinal como escreveu Jessé Souza “a mídia não produz conhecimento. Ela apenas distribui...”. (VICE, 2020).

Quando não acontece a disseminação desse conteúdo explícito, os veículos de comunicação tratam as questões raciais de forma simplista, isso quando permitem o espaço. Natasha Silva evidencia que as práticas as quais dão apoio a essa situação são conduzidas de forma que o conteúdo acabe sendo prejudicial, como por exemplo a cobertura sobre a violência contra jovens pobres negros no Brasil, as quais em boa parte esconde o preconceito vindo da polícia.

“Isso é evidente ao se observar como os veículos de comunicação falham em produzir notícias sobre temas relevantes para a população negra ou, quando o fazem, há uma análise muito superficial sobre tais temas. Essa situação pode ser verificada mais fortemente nos registros sobre violência contra negros e pobres, onde raramente há a associação de agressões físicas ou ações discriminatórias da polícia ao racismo interpessoal ou institucional.” (SILVA, 2013, p. 25).

A partir dos anos 1970, o movimento negro começa a se organizar em diferentes regiões, efetivamente, desde os anos 2000, os levantes do movimento negro ganham força e políticas públicas são instauradas visando o fim do preconceito. Com o intuito de saber como as pessoas de cor preta são representadas nos tempos atuais. O presente trabalho tem como objetivo analisar de que forma a mídia impressa retratou as questões e necessidades da população preta nos últimos anos e quais as implicações dessa representação na luta do movimento negro no Brasil atualmente.

Para tal, analisaremos as edições do jornal “Folha de São Paulo” por sua relevância histórica, e considerado um dos veículos de comunicação tradicionais de maior circulação. Como recorte proposto, vamos analisar tais edições destinadas à publicação nas datas de 13 de maio e 20 de novembro de anos eleitorais para Presidência da República, a partir dos anos 2000, por serem épocas em que as questões sociais são abordadas com mais frequência pelas propostas dos candidatos e datas emblemáticas para a luta histórica do movimento negro, o que também acaba por acarretar maiores debates nesses períodos. Assim, pretendemos examinar 10 edições: 13 de maio de 2002, 20 de novembro de 2002, 13 de maio de 2006, 20 de novembro de 2006, 13 de maio de 2010, 20 de novembro de 2010, 13 de maio de 2014, 20 de maio de 2014 e 13 de maio de 2018 e 20 de novembro de 2018.

3. Comunicação e estereótipos

Como parâmetros para melhor compreensão do que é veiculado na mídia, utilizaremos os resultados da primeira fase do projeto “Imprensa e racismo: uma análise das tendências da cobertura jornalística” realizada pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), em parceria com organizações negras, e regido por um conselho consultivo formado por líderes do Movimento Negro, com financiamento das fundações Kellogg e Ford. A pesquisa foi realizada entre 2007 e 2010 com o objetivo de analisar 54 periódicos de todos os estados brasileiros em um total de 1.602 notícias escolhidas através de palavras-chave ligadas à temática.

Observou-se com esse trabalho que as ações racistas no campo da comunicação impressa não se definem somente pela reprodução clara da discriminação, dos estereótipos também do preconceito, a maior parte dessas ações, igualmente acontece com a omissão de opiniões e ou informações que não incentiva o debate sobre a violência física⁴ e simbólica⁵ que a população negra sofre. É importante ressaltar que tal silenciamento contribui para manutenção das representações e conseqüentemente dos estereótipos citados por Stuart Hall em seus trabalhos, uma vez que as abordagens jornalísticas são limitantes e não fomentam o debate público sobre esses assuntos para desconstruí-los da sociedade. E os estereótipos contribuem para a continuidade da violência simbólica uma vez que limitam a participação do povo preto na sociedade.

⁴ Atentado contra a integridade física, podendo ou não resultar em lesão corporal.

⁵ Segundo Bourdieu é considerada uma forma de violência qualquer instrumento de saber que legitime ou contribua para a subordinação e controle de um determinado grupamento humano pelo resto do conjunto social.

Assim, propomos como critério as temáticas mais encontradas no levantamento da ANDI, as quais são: cotas raciais, mercado de trabalho, cultura africana, educação e o racismo em si. E os principais estereótipos apresentados por Hall.

Ao analisar as edições de tais datas é possível identificar um espaço para abordagens sobre a temática do movimento negro. Ao todo identificamos diversos textos noticiosos com tais abordagens (colunas de opinião, notas, matérias e reportagens) todos os textos noticiosos ganham credibilidade também por conter um caráter mais opinativo e explorar importantes recursos gráficos e pesquisas documentais com estatísticas e/ou legislação. Fato que pode mascarar o preconceito da mídia em não estender os debates sobre o racismo para melhor conhecimento de suas nuances. Questão já identificada também na própria pesquisa da agência.

E o levantamento confirma a característica desse tipo de noticiário, centrado mais no debate sobre a problemática (portanto, com matérias contextualizadas, fazendo uso de recursos editoriais importantes, como estatísticas e legislação) do que no registro de ocorrências pontuais / individuais. (ANDI, 2012, p. 44).

Na edição de 13 de maio de 2002, duas notas⁶ foram encontradas, a primeira tem por objetivo noticiar a possível implementação de cotas raciais no serviço público. A segunda nota, parte do caderno de cultura, se refere à apresentação de um programa na TV a cabo que busca discutir o papel das pessoas negras nas telenovelas. Aqui, damos destaque ao primeiro texto, pois o fato noticiado é também uma resposta à Conferência Mundial contra o Racismo, realizada em Durban, e promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU). A notícia, devido ao seu formato curto, somente informa o processo de avaliação e implementação das cotas, o texto não permite uma abordagem mais profunda sobre a necessidade de ações afirmativas para população preta, também não apresenta suas implicações na sociedade. A notícia exemplifica a pesquisa realizada pela Andi, utilizada neste artigo, demonstra que as cotas raciais são o tema mais abordado na mídia impressa, quando a cobertura é sobre racismo. Porém o debate se refere em sua maioria às vagas destinadas a esse público e o ingresso nas instituições, excluindo os desafios e a importância das políticas públicas para a população negra, como a manutenção da mesma para a permanência de alunos pretos(as), fraudes no sistema já que o processo em sua maioria acontece por autoidentificação, bem como sua importância como reparação histórica e incentivo à igualdade racial.

⁶ Texto curto que traz as informações básicas sobre o fato, sem aprofundamento.

Ações afirmativas e cotas constituem o tema mais tratado pelos jornais na abordagem da questão racial, estando presente em 18,0% de todos os textos da amostra o mais debatido nos jornais é o que se refere ao ingresso de negros e negras em unidades de ensino superior. (ANDI, 2012, p. 31).

A tiragem de 13 de maio de 2006 é marcada por uma única matéria a qual buscou cobrir a manifestação realizada naquele ano por alunos e integrantes da ONG Educafro. A pauta mostra que esse ato buscou criticar a falta de discussão sobre o dia da abolição da escravidão, também a cobrança por implementação das cotas raciais nas universidades públicas. A matéria não contextualiza de forma clara a motivação de tal crítica e o que levou as reivindicações. Em seguida, o texto traz as consequências negativas do ato, o engarrafamento e a paralisação das aulas após parte das pessoas que estavam presentes se direcionarem para a USP⁷ e depredaram parte da entrada quando foram impedidos de entrar. Logo coloca a fala do diretor da instituição que afirma sempre apoiar as cotas, mas julga o ato classificando como violento. Por fim, ouve os manifestantes e apresenta o depoimento de entrevistados que também julgavam as atitudes dos manifestantes e repensam suas opiniões a respeito da política de cotas. Neste caso o conteúdo nos apresenta a luta pelas cotas de forma pejorativa em um caso isolado e por considerar as atitudes de parte dos manifestantes como um todo, contribui para o estereótipo do malandro que o Hall identificou e citamos no início do artigo, o qual sobre jovens negros são vistos como mal-encarados, violentos e agressivos.

Na edição de 20 de novembro de 2006, a reportagem em sequência informa o aumento significativo no número de pessoas pretas nas Universidades, e que, possivelmente, com o mesmo ritmo até o ano de 2015, atingiria a equidade entre pessoas pretas e brancas nestes espaços. A matéria explica como principais causas as iniciativas próprias das instituições para tal fomentação, depois do Congresso Mundial contra o Racismo, realizado pela ONU, cinco anos antes, deixando de lado as reivindicações do movimento negro como o ato citado acima noticiado pelo próprio jornal. O crescimento no número de matrículas com a expansão do ensino superior seria outra grande causa para o ingresso de um número cada vez maior de pessoas negras, algo que, segundo o texto, já seria suficiente pois as instituições incorporariam alunos(as) pretos(as) sem a necessidade de cotas.

Adiante, outro texto publicado em 20 de Novembro de 2006 dá as informações de duas instituições do estado do Rio de Janeiro que já implementaram cotas. Parte das informações diz respeito somente ao início do curso para esses estudantes. No fim, apresenta uma pequena entrevista sem profundidade com os discentes pretos(as), os quais dizem

⁷ Universidade de São Paulo localizada na capital que leva o mesmo nome da instituição.

somente sentir o racismo de forma velada. As duas reportagens, assim como outras coberturas jornalísticas, tratam as cotas como responsáveis por conflitos e também como desnecessárias, uma vez que a própria sociedade se empenharia para cumprir esse papel. Excluindo aqui o racismo nas instituições que ainda são majoritariamente branca e elitizada.

Quando analisados os posicionamentos contrários à adoção de cotas raciais, nota-se que o noticiário defende argumentos que vão desde um suposto agravamento do racismo, passando pela defesa de que as cotas devem ter viés econômico-social, ou mesmo de que a adoção de tais políticas violaria direitos perante a legislação brasileira. (ANDI, 2012, p. 36).

O debate sobre as cotas ainda se amplia para a educação em todos os níveis e em outras esferas como por exemplo no mercado de trabalho. Um dos artigos de opinião de 20 de novembro de 2006, apresenta logo de início em seu caderno um texto sobre a importância de saber a história de Zumbi dos Palmares⁸ e incentivar o ensino de qualidade para pessoas negras, logo depois apoiado na luta e nos levantes de Zumbi, nos é apresentado a necessidade da educação para dar continuidade ao trabalho do líder quilombola e acabar com o racismo, posteriormente campanhas com o intuito de promover mais espaço para educação de jovens negros e negras do país organizado entre instituições públicas e privada. A publicação de 13 de maio de 2010 também abre com a coluna de Opinião, fazendo crítica à falta de debates que ajudem a mudar a realidade do racismo no Brasil, promovendo também um evento organizado por duas instituições, pública e privada. Estes exemplificam os dados da pesquisa, a qual revelou que a maior parte das matérias com viés institucional tem por objetivo destacar as parcerias/articulações que atuam nesse âmbito. São parcerias/articulações entre organizações da sociedade civil e o governo brasileiro, ou entre agências nacionais e internacionais de cooperação, o enfoque do jornal esconde o esforço do movimento negro para levar as questões sobre educação da juventude negra ao debate público.

Ao analisarmos a perspectiva institucional apresentada nos textos destacam-se as parcerias/articulações que atuam nesse âmbito. Segundo os dados coletados, 23,7% de todo o noticiário menciona articulações voltadas à temática racial. São parcerias/articulações entre organizações da sociedade civil e o governo brasileiro, ou entre agências nacionais e internacionais de cooperação.” (ANDI, 2012, p. 54).

⁸ Líder quilombola brasileiro com grande atuação na luta pela abolição da escravidão no país.

No decorrer da edição de 20 de novembro de 2002, encontramos outro texto curto (nota) que reporta uma pesquisa sobre o desemprego para pessoas negras e a diferença salarial se comparado com pessoas brancas, o foco do texto é os dados estatísticos positivos acerca da renda salarial e a movimentação anual na economia, vinda da força de trabalho do povo preto. No fim desta nota, a única causa apresentada ao público para esse crescimento no salário, é a saída precoce de jovens negras(os) das escolas para o ingresso no mercado de trabalho. Vemos aqui um assunto que pode servir de base para debater a evasão da juventude preta na educação e a dupla jornada de trabalho responsável por essa questão salarial. Mas não temos a investigação do jornalismo para tais apontamentos.

Durante a publicação de 13 de maio de 2010, uma nota sucinta apontando que naquela época segundo pesquisas, três em cada quatro brasileiros em condição análoga à escravidão eram negros ou negras e a necessidade de mudar a realidade ainda escravocrata é urgente. A nota não aborda detalhes como por exemplo que iniciativas podem ser tomadas para mudar essa estatística, em quais setores era mais ocorrente tal situação, ou que cuidados essas pessoas recebem quando são libertadas e que tipo de punição tais escravocratas devem receber.

A pauta de 20 de novembro de 2018 aborda a não contratação de pessoas negras no mercado de trabalho, questão que ao fim é minimizada assim como em reportagens anteriores ao propor baseado somente em dados generalistas que a sociedade está sempre evoluindo apesar do preconceito e por isso em uma possível falta de políticas públicas o mercado de trabalho cumpriria esse papel por conta própria.

O debate sobre questões voltadas ao ambiente de trabalho também aparece no ranking, a qual em sua maioria está associado a casos de discriminação e ações para igualdade no setor, porém segundo a investigação não existe propostas de debates a respeito de cotas no setor público, estímulo a empresários negros e negras, providências de cargos em comissão e funções de confiança destinados a ampliar a participação de pessoas negras.

Questões referentes ao mercado de trabalho estiveram presentes em 6,2% do noticiário sobre racismo analisado. Segundo o levantamento, ao focar o tema, a maior parte das notícias discute ações para igualdade de condições nesse setor. Citada a questão da discriminação de raça no ambiente de trabalho aspecto abordado em 16,2% desse noticiário específico. Permanecem praticamente fora do debate questões como cotas para afro-brasileiros no setor público (2,0%), estímulo a empresários desse grupo populacional (1,0%) e critérios para provimento de cargos em comissão e funções de confiança destinados a ampliar a participação de negros em espaços valorizados de trabalho (1,0%). (ANDI, 2012, p. 39).

De volta a publicação de 13 de maio de 2010, mais à frente outro texto noticioso informa em projeções gerais que a renda de pessoas pretas disparou; sempre considerando o total expõe de modo bem reduzido, novamente sem aprofundamento, questões como a diferença salarial entre brancos e negros, a falta de oportunidades a empregos de liderança e a maior carga horária de trabalho bem como a quantidade de jovens que abandonam os estudos para contribuir em casa. Outro ponto a ser discutido aqui é também uma generalização dos fatos, impedindo o melhor conhecimento sobre a atuação de negros(as) no mercado de trabalho, racismo nas empresas e saber as demandas dessa população para além da discriminação física.

A maioria dos textos com este foco não associa negros a um cargo ou função específicos (44,4%). Nas ocasiões em que tais referências ocorrem são citados praticamente em igual medida o trabalhador doméstico (11,1%) e funcionários em posições de chefia (10,1%), embora pesquisas apontem a prevalência do negro em postos menos qualificados de trabalho, e exponham uma perspectiva relevante para o debate sobre racismo: os negros desempregados têm, em média, mais tempo de estudo que os negros empregados o que não acontece entre os brancos. Apesar de exceções o dado da pesquisa conduzida pela ANDI sugere que mesmo dentro do espaço qualificado do debate, o assunto ainda é tratado pela imprensa a partir de histórias pontuais de negros que conseguiram fugir às estatísticas. (ANDI, 2012, p. 40).

A edição de 20 de novembro 2006 promove a data de lançamento de um documentário sobre uma família do estado de Minas Gerais que apresenta a cultura banta, no decorrer do texto busca detalhar a obra, mostrar suas qualidades e curiosidades da cultura com o intuito de propor uma diferenciação pejorativa para com a cultura yoruba, já conhecida no Brasil e com traços identitários mais fortes ligados a África.

Do mesmo modo no caderno cultural de 13 de maio de 2010, encontramos uma matéria a respeito do lançamento de um fotolivro sobre quilombos no Brasil, a notícia tem seu foco no trabalho do autor bem como nos detalhes da obra buscando retratar que o país possui uma grande diversidade em sua cultura. No fim da edição de 20 de novembro de 2010, uma matéria apresenta os costumes e a cultura do povo quilombola localizado no estado do Espírito Santo, apresentado de forma distante busca não assemelhar a cultura desse povo com a nossa, mesmo com o Brasil sendo considerado um país de misturas também por sua diversidade cultural. A página seguinte se dedica a explicar de forma breve quem foi Zumbi dos Palmares, Chico Rei e Zacimba Gaba, e fecha contando a história de outro quilombo que

luta pelo reconhecimento de seu espaço como área de interesse social a qual ajudaria a fomentar a cultura destes quilombolas naquele ano.

Na publicação de 20 de novembro de 2014 se encontra reportagem sobre uma obra que mapeia as rotas de tráfico de escravos da África para o Brasil, como destaque está a grande semelhança em diversos pontos da cultura africana com a brasileira em função dos escravizados trazidos para o país, questão raramente dita, ou quando tem menção é tratada com distinção. Além de quebrar com estereótipos errôneos da própria nação.

Os textos no Caderno de Cultura produzidos para essa temática, como estes citados acima se tornam mais um exemplo do preconceito no jornalismo impresso, o levantamento da Andi esclarece que a cobertura impressa sobre cultura é apresentada com recortes específicos de dança, música, cinema e teatro. Movimentos ligados diretamente à cultura negra são citados com bem menos frequência, boa parte em datas sugestivas como as que foram propostas no artigo.

Em relação às manifestações culturais e religiosas da população negra, que correspondem a 14,7% 15 do noticiário analisado, ou 235 do total de 1.602 textos da amostra (Tabela 32), os dados apontam que: A maior parte dessas narrativas (36,2%) enfoca manifestações específicas, tais como música, teatro, dança etc. São citados em menor medida movimentos culturais associados à cultura negra (7,7%), a celebração de personalidades negras (6,0%) e datas comemorativas relacionadas às manifestações culturais de matriz africana (6,0%). (ANDI, 2012, p. 42).

No que diz respeito às religiões de matriz africana, a cobertura jornalística expõe as práticas racistas e de intolerância. Práticas, festividades e cultos perdem espaço e raramente aparecem nos jornais como também explica a ANDI. “No que se refere a questões de ordem religiosa, os dados noticiosos traduzem a prática racista da esfera social em relação à identidade negra, ao apontar que, dentre as matérias que fazem referência a esse aspecto: Destaca-se o debate sobre intolerância religiosa e conflitos relacionados citados em 13,2% desse conjunto de textos. Festividades e cerimônias são abordadas em 7,2% dessa cobertura. A prática de cultos, em 5,5%.” (ANDI, 2012 - p.43).

Estas também contribuem para a manutenção de outros estereótipos que não são mencionados pelo Stuart Hall, mas estão enraizados na sociedade, tal como a demonização de religiões como a Umbanda e o Candomblé e retratação pejorativa de suas práticas.

O último objeto do nosso estudo diz respeito ao debate sobre o racismo em si, relacionada ao próprio termo racismo e excluindo outras questões como as cotas raciais. Os textos noticiosos nesse caso são bem mais trabalhados pelos jornalistas e editores. Segundo

a Agência de Notícias do Direito da Infância essa abordagem está presente em 60,7% dos noticiários.

A discussão sobre racismo ou algum outro aspecto de igualdade/desigualdade entre negros e outros grupos populacionais está presente em 60,7% de todo o noticiário analisado. A maior parte desse conjunto específico de textos trata de um debate mais geral sobre aspectos da igualdade/desigualdade racial (76,8%). Casos individuais de racismo são apontados em 10,6% desse recorte amostral e polêmicas em torno do tema em 10,4%. Importante ressaltar que as “polêmicas” em torno das cotas raciais e do Estatuto da Igualdade Racial não estão incluídas nesta categoria. (ANDI,2012, p. 44).

A coluna de Opinião da publicação de 13 de maio de 2014 evidencia pela primeira vez desde a o início desta pesquisa (publicação de 2002) o racismo estrutural no Brasil assim como suas nuances, sem mencionar se a comunicação faz parte desse processo de construção do racismo, cobra do poder público e também setor privado e da sociedade o reconhecimento de um passado escravocrata e ações de incentivo que possa levar pessoas pretas a ocuparem todas as esferas da sociedade promovendo um país mais igualitário.

A publicação de 20 de novembro de 2014 apresenta uma entrevista com Graça Simbine, ex-mulher de Nelson Mandela, a qual recebeu como título uma frase de seu depoimento ao jornal “Negro deve se organizar para ser reconhecido como tal”. O objetivo é falar de sua trajetória, trabalho e a homenagem que receberia naquele ano no Memorial da América Latina. Através de sua fala o texto propõe maior organização e mobilização da comunidade negra para luta contra o racismo.

A coluna que abre a publicação de 13 de maio de 2018 a penúltima edição abordada aqui, em outra análise, busca novamente consciência histórica sobre a luta do povo preto durante escravidão bem como na pós abolição da escravatura para vencer o racismo estrutural da sociedade, mais uma vez responsabilizando ações dos governos, estado e cidadãos da elite conservadora por um processo que tem a contribuição de todos os campos da sociedade ligados a elite hegemônica. Outro texto noticioso nos conta um pouco mais sobre o processo de escravidão, menciona uma luta coletiva entre toda a população e exclui totalmente as manifestações e atos do povo preto individualizados em sua própria comunidade para conseguir a abolição pela princesa Isabel.

A coluna que abre a edição de 20 de Novembro de 2018 mais uma vez propõe a reflexão sobre o racismo estrutural advindo da abolição, dessa vez acompanha uma opinião positiva a respeito do papel de pessoas negras na sociedade, a coluna ainda se limita a propor que a abolição foi uma luta conjunta entre pessoas brancas e negras, ignorando os fatos reais

que apontam a luta do povo preto ao unir forças como maior responsável pelo fim da escravidão em posta a eles mesmo. Na sequência um grande texto explicando a importância da data 20 de novembro e como ela surgiu, lembrando também da importância de falar sobre a história do povo preto. Por fim, a matéria “A liberdade é preta” tem como proposta falar do filme biográfico que irá homenagear o líder abolicionista Luiz Gama, o conteúdo nos apresenta a história de Luiz e os detalhes das filmagens buscando trazer uma nova reflexão sobre a participação de pessoas negras no cinema e na academia sobre a ótica do diretor do filme.

Tais informações apresentadas nos veículos de comunicação impressos, como todas citadas agora pouco na Folha de São Paulo, ao tratar da temática racismo não expõem a função dos meios de comunicação para disseminar e contribuir com a manutenção do racismo estrutural. A pesquisa da Agência de Notícias do Direito da Infância ainda identificou problemas na forma como o jornalismo impresso aborda o conceito de racismo. Ainda segundo a pesquisa a mídia impressa ao discutir racismo não localiza o lugar específico de onde se manifesta o preconceito e ou as práticas de discriminação e escondem suas responsabilidades.

A análise investigou ainda se os textos registravam o conceito de racismo (Tabela 36), e o resultado foi determinante, ao demonstrar que em 41,3% da cobertura analisada, as narrativas admitem, negam, apresentam controvérsias ou usam o termo sem questionar sua existência, nas seguintes proporções: A ampla maioria das matérias (35,1%) admite a existência da prática, sendo quase nula a presença de narrativas negando o fenômeno (0,1%). Imprensa e Racismo – Uma análise das tendências da cobertura jornalística 45 1,20% das notícias apresentam controvérsias sobre o tema, e 4,8% utilizam o conceito de racismo sem questionar sua existência. Mas é significativo o percentual de textos que, discutindo racismo, não menciona o conceito (58,70%), sugerindo que a maioria das narrativas versa sobre mecanismos de combate ao racismo, como cotas e leis, mas afasta-se do debate histórico, filosófico, sociológico e antropológico sobre o fenômeno. (ANDI, 2012, p. 45).

Considerações finais

Podemos concluir que o jornalismo impresso não mais utiliza de forma explícita os estereótipos do Hall, mas ainda representa as questões e necessidades do povo preto de forma simplista e pejorativa, que de certa forma nega o grande racismo do país. Apresenta uma população jovem marginalizada, a cultura pensada somente como de matriz africana e não afro-brasileira distância da realidade do Brasil. E o descrédito na função das políticas públicas para o povo preto como reparação histórica e meio a igualdade de racial. Além das nuances

do racismo que o transformam até para outras pessoas negras como natural uma vez que fazem parte de sua cultura.

O fato de que debates a respeito do racismo em si presentes em todas as mídias atualmente, em mais de 60% dos noticiários como citado no capítulo anterior (através da pesquisa mais recente até o momento) bem como boa construção dos textos sobre esse tema, escondem que a falta de debate público aprofundado é um dos mecanismos de manutenção do racismo estrutural. A ampliação das discussões sobre a temática precisa acontecer para além das datas emblemáticas ou épocas que barbáries contra a população preta têm repercussão na sociedade. Ao contrário os levantes feito pelo movimento negro por exemplo continuam indiferentes e ou distantes da maior parte da população.

Entender a violência simbólica presente no discurso da mídia (mencionado anteriormente no artigo) nos ajuda também a compreender seu papel na construção da discriminação racial e do racismo estrutural na sociedade, uma vez que a pesquisa se refere já ao Século XXI. Igualmente precisamos ficar atentas e atentos, pois sua atuação se estende para o Jornalismo digital potencializando o alcance de sua narrativa para internet.

As discussões feitas na atualidade sempre serão extremamente pertinentes, mas o caminho ainda é longo, ainda existem muitas questões descartadas pela mídia impressa necessárias para realmente compreender e conseguir mudar o racismo enraizado desde a escravidão bem como as violências que as pessoas negras sofrem pela falta de discussões públicas. E os meios de comunicação como informadores e formadores de opinião têm a função social de promover esses apontamentos para que a sociedade se conscientize e perceba as nuances do racismo muitas vezes naturalizadas pelo processo histórico e mude sua postura.

Referências Bibliográficas:

Vice. **O apoio da imprensa no projeto eugenista das elites brasileiras.** Disponível em: <https://www.vice.com/pt/article/8899gz/o-apoio-da-imprensa-brasileira-no-projeto-eugenista-das-elites-brasileiras> Acesso em: 20 Jun. 2021.

DINIZ, Lilia. **O primeiro Jornal Impresso no Brasil.** Blog Observatório da Imprensa. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/educacao-e-cidadania/caderno-da-cidadania/o-primeiro-jornal-impresso-no-brasil/> Acesso em: 20 Jun. 2021.

Site Meio e Imagem: **Grandes jornais têm caminho de crescimento no digital**. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2021/02/04/grandes-jornais-tem-caminho-de-crescimento-no-digital.html> Acesso: 20 Jun. 2021.

Folha de São Paulo. **Acervo Folha**. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 20 jun. 2021.

FANON, Frantz. **Pele negra máscara branca**. Edufba. Bahía, 2008 .

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. PUC Rio. Rio de Janeiro, 2016.

Agência Nacional dos Direitos da Infância. **Imprensa e Racismo**. Disponível em: <https://www.andi.org.br/publicacao/imprensa-e-racismo> Acesso em: 20 Jun. 2021.

SILVA, N. **Racismo na Mídia e a Representatividade (ou não) de MV BILL**. 53 p. Rio de Janeiro. Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo. Universidade Federal do Rio de Janeiro; 2013.